



Capítulo 27

Diversidade Sociocultural

Geração de trabalho e renda na RDS Tupé: aspectos do desenvolvimento local como base na organização comunitária e o uso sustentável dos recursos naturais

¹Lidiane da SILVA

e-mail: silva.lidi@gmail.com

²Kellyn VIEIRA

e-mail: kellynvieira@gmail.com

¹Cientista Social graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Responsável pela Coordenação no Subprojeto de Beneficiamento do Cupuaçu

²Bibliotecária graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (CRB-14/1298).

Resumo: A busca pela sustentabilidade social, de maior equidade, justiça e oportunidades pode representar atualmente um processo de gestão de conflitos sociais pluridimensionais, principalmente quando se trata de uma comunidade localizada na floresta amazônica. Superar as desigualdades geradas pela falta de emprego e renda impostos pelos modelos econômicos tradicionais, mobilizando atores e ativos locais de forma participativa é o grande desafio da modernidade. Estudos comprovam que espaços em que a sociedade colabora ativamente nas tomadas de decisões permitem um melhor entendimento e por consequência envolvimento no desenvolvimento local. Este projeto foi desenvolvido a partir da identificação dos recursos naturais já disponíveis na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS) com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores, estimulando a geração de renda

e a abertura de novas possibilidades econômicas para a comunidade, utilizando o patrimônio natural de forma racional para o beneficiamento. As atividades para geração de trabalho e renda junto aos moradores da Comunidade Julião foram planejadas de forma a construir um espaço de formação e discussão, integrados aos princípios da conservação ambiental e sustentabilidade, respeitando aos interesses da comunidade, mas sempre buscando inserir novos valores e atitudes para a interação com o meio ambiente. Planejar uma política de geração de trabalho e renda numa comunidade amazonida pressupõe compreender as interrelações dos processos históricos, econômicos, ecológicos, políticos e culturais que envolvem essa população. Sendo assim, os saberes antropológico, ecológico e tecnológico foram utilizados como instrumentos e bases para projetos multidisciplinares, modificando progressivamente a realidade da comunidade.

Palavras- chave: Organização comunitária, desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e renda.

Introdução

A tomada de consciência de todos os indivíduos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade exige a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro. Partindo desse princípio, a articulação entre Universidade do Estado do Amazonas – UEA, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, com participação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Centro Universitário de Manaus / Universidade Luterana do Brasil – Ceulm / ULBRA, apoiado pelo CNPq propiciou uma experimentação de organização sustentável do conhecimento na comunidade da RDS Tupé, onde práticas não predatórias foram utilizadas para o desenvolvimento de atividades que resultaram em novos procedimentos,

materiais, possibilidades, além da valorização dos processos locais de desenvolvimento e a formação de uma nova consciência social.

O desafio da construção da sustentabilidade é particularmente complexo e difícil na gestão dos recursos naturais, principalmente por causa da multiplicidade de atores – governo, organizações da sociedade, comunitários, interesses pessoais contraditórios. Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da comunidade, reduzindo custos e desperdícios, e fomentando práticas mais sustentáveis foram os norteadores do planejamento de todas as atividades deste projeto.

Acredita-se que nenhum dos resultados de atividades intelectual, moral e física do homem pode ser exclusivamente produto de suas forças,



de sua pessoa. Todos os conhecimentos que possuímos são frutos de um imenso trabalho continuado e de nossas relações. Para Zapata (2007), o desenvolvimento territorial busca construir um modelo de desenvolvimento com mais participação, protagonismo dos cidadãos e cidadãs, equidade social e sustentabilidade ambiental a partir de vocações produtivas locais. É uma estratégia e um processo que busca estimular a solidariedade e um desenvolvimento mais integrado. Trata-se de um fenômeno humano, portanto, não padronizado. Envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras e o espírito empreendedor.

Neste processo, os comunitários foram conduzidos a uma consciência coletiva, sendo orientados para práticas cooperativas, de acordo com direitos e deveres fazendo parte de um conjunto de forças da comunidade, onde cada um estava diretamente ligado, e consciente de que com seu esforço, eficiência e dedicação individual poderiam obter êxito e evoluir democraticamente e coletivamente, elevando seu nível cultural e social, bem como de todos os envolvidos no processo. Quando cada componente compreende o sentido integral do seu papel na sociedade, adquire também o sentido de responsabilidade social, que o leva a convicções profundas e que podem transformar o utópico em realidade.

Para Marx (1985), "o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em

que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...]. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza". No projeto de geração de trabalho e renda desenvolvido na RDS do Tupé foram estimulados espaços de formação e discussão, em que ações puderam ser direcionadas para a melhoria das condições humanas, e onde principalmente os comunitários interagindo e percebendo a extensão das mesmas, puderam considerar de forma mais clara a atividade econômica para o desenvolvimento de forma sustentável apropriado à Região do Tupé, com retorno financeiro, sem exploração em larga escala e de forma não predatória, buscando inserir novos valores e atitudes na interação com o meio ambiente, respeitando a diversidade deste espaço.

A partir dos dados gerados e coletados ao longo do desenvolvimento das atividades do referido projeto, foram consideradas atividades que contemplassem a bioconstrução, o consumo ético, com foco especial na redução da produção do lixo, reciclagem de água, captação de água da chuva, alimentação orgânica produzida pela comunidade, respeito à igualdade de direitos e respeito às diferenças culturais. Uma perspectiva sustentável acontece no próprio processo educativo, seguindo estratégias, procedimentos e atividades de aprendizagem que compõem a

transformação na vida cotidiana. Entendemos que essa forma de ação, em que a sociedade compartilha com o governo as responsabilidades pelas decisões, permite uma maior agregação em torno do projeto de desenvolvimento, aumentando suas chances de implementação.

Aspectos do Desenvolvimento Local na RDS do Tupé

A necessidade de desenvolver este projeto surgiu da simples verificação de que as situações de adversidade da comunidade poderiam ser transformadas com um bom trabalho estratégico de desenvolvimento territorial, fornecendo subsídios para a mobilização de pessoas e instituições em torno de ações. Uma mobilização que envolveria protagonistas locais e que ainda aproximaria técnicos e agentes produtivos desafiados e comprometidos em construir um espaço de aprendizagem coletiva e permanente. Os objetivos principais do projeto foram pautados na maior valorização do patrimônio natural da reserva, constituindo uma nova agenda, uma alternativa de apresentar aos comunitários uma visão diferente sobre a sua relação com o meio ambiente e o patrimônio cultural histórico preservados para as gerações atuais e futuras.

Citando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³,

“O universalismo dos direitos da vida é o fio condutor comum, que une a busca do desenvolvimento humano, com as exigências do amanhã. Assim, o desenvolvimento e sustentabilidade são componentes essenciais da mesma ética do universalismo dos direitos da vida, a qual exige também equidade para com as gerações atual e futura.”(Zapata 2007, *apud* PNUD).

O principal foco do desenvolvimento de atividades foi pautado na implementação da pesquisa de melhoria da produção da fruta do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), além do beneficiamento de seus subprodutos como a produção de geléia. Foram considerados também aspectos de outras atividades desenvolvidas pelos comunitários como produção de artesanato a partir dos recursos naturais locais (sementes, palhas, cipós), de maneira ecologicamente sustentável e economicamente viável.

Os desafios da organização comunitária.

A organização comunitária faz parte de um processo de aprendizagem que busca modificar a realidade através da mobilização e participação

³ Em 1990, o PNUD introduziu em todo o mundo o conceito de desenvolvimento humano sustentável, que promove a adoção de políticas públicas cujo foco está voltado às pessoas – e não a acumulação de riquezas – como propósito do desenvolvimento. Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo professor Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998.



destas pessoas na convivência com o outro, na administração de conflitos, no conhecimento de si, no fortalecimento das relações e no trabalho em equipe. Mesmo diante da crescente demanda por produtos oriundos da biodiversidade, um dos grandes problemas do desenvolvimento territorial local origina-se na limitação de tecnologias apropriadas à realidade da região amazônica, bem como a falta de infraestrutura (equipamentos e serviços) que auxiliem no processamento, produção e beneficiamento de produtos. Outro fator determinante é o baixo nível de capacitação técnica e organização social por parte dos produtores, reduzidos incentivos destinados à produção e ausência de assistência técnica. No caso da RDS do Tupé, as atividades foram desenvolvidas, por meio de visitas frequentes à comunidade, onde foram realizados encontros com os comunitários, com o objetivo de identificar os recursos naturais existentes no local, possíveis de serem beneficiados ou transformados, resultando na produção de peças ou produtos artesanais. A participação efetiva dos moradores era condição necessária para que o projeto tivesse êxito no que dizia respeito ao recolhimento, tratamento e beneficiamento dos recursos.

Num primeiro contato feito em abril de 2006 mais de dez famílias mostraram-se interessadas em desenvolver as atividades na

comunidade do Julião. Esta comunidade é uma das seis inseridas na RDS do Tupé, distante aproximadamente 25 km em linha reta do porto de Manaus. Seu nome é atribuído ao primeiro morador das terras "velho Julião". Fundada no ano de 1992, está situada em uma bifurcação formada pelo igarapé do Julião, que é um dos afluentes do Tarumã-Mirim, e pelo igarapé do Farias. (Nascimento, 2007). O deslocamento é feito via fluvial realizado em lanchas pertencentes às cooperativas que prestam o serviço partindo da Marina do Davi ou pequenas embarcações pertencentes aos próprios moradores. No início do projeto residiam 80 famílias na localidade, segundo informações do presidente da associação de moradores, de fato aproximadamente 50 famílias residiam lá, as outras possuíam casa, mas também outro local de moradia.

As atividades econômicas da comunidade se concentravam no extrativismo, sem qualquer assistência técnica específica. Os moradores não contavam também com infraestrutura de saneamento ou serviços de tratamento de água, ou ainda o fornecimento de energia elétrica (que dependia do funcionamento de gerador [fato que mudou com a chegada da energia elétrica pelo programa Luz para Todos em 2008]), além da ausência do recolhimento de lixo e atendimento regular de saúde.

Dados revelados por um levantamento socioeconômico apontaram que antes de residirem na comunidade, 62% das famílias residiram em Manaus,

e foram motivados a mudar pela tranquilidade do lugar, ou busca por melhores condições de moradia e renda. O tempo de residência da maioria dos moradores (76%) era inferior a 10 anos e 52% ainda mantinham moradia na capital. Dessa forma, com características tão especiais o grande desafio foi a criação de uma consciência coletiva, onde todos estariam empenhados no crescimento da comunidade. A renda média familiar era de pouco mais de R\$ 400,00.

O Projeto consistia primordialmente em fornecer ferramentas técnicas aos moradores interessados em desenvolver atividade produtiva a partir do beneficiamento do cupuaçu prestando assistência por meio da articulação entre estudantes, profissionais, pesquisadores e moradores locais envolvidos, aliando seus conhecimentos tradicionais e científicos, promovendo e incentivando a produção e comercialização, criando assim uma alternativa que incrementasse a atividade regular econômica dos comunitários, de forma que não comprometessem suas atividades convencionais.

Para o aprimoramento da produção foi sugerida a implantação

de sistemas agroecológicos, a fim de promover a diversificação da produção frutífera, e agregar valor às polpas com a produção diversificada, tais como: geléias, doces, biscoitos, licores, sucos, etc. Estas atividades por consequência poderiam alavancar outros serviços como passeios, transporte, alimentação, entre outros, promovendo o desenvolvimento local de forma participativa. Além da polpa, outro produto cogitado para a comunidade partiu dos resíduos gerados pelo cupuaçu: a casca e o caroço, que também possuíam valor de mercado, e apresentavam potencial com a produção de artesanato ou manteiga utilizados na fabricação do cupualate e cosméticos⁴ e ainda quando não aproveitados podiam ser empregados como biofertilizantes ou adubo orgânico.

Material e Métodos

O beneficiamento de produtos na RDS do Tupé

Um primeiro contato foi feito na Comunidade para apresentação da Proposta em abril/2006. Mais de dez famílias mostraram-se interessadas em

⁴ Das sementes do cupuaçu é possível extrair gordura (manteiga de cupuaçu) que possibilita a fabricação de chocolate (cupulate) com grande valor nutricional, além da produção de cosméticos. Esses dados foram extraídos de um estudo desenvolvido com o objetivo de avaliar a qualidade pro-téica dos pós de cupuaçu e de cacau desengordurados, através de ensaio biológico e da quantificação de aminoácidos totais, visando contribuir para o melhor aproveitamento das amêndoas de cupuaçu. De acordo com o ensaio biológico Net Protein Ratio, realizado a partir de dietas contendo 10% de proteína na proporção de cupuaçu ou cacau: caseína (50:50), verificou-se que as proteínas do cupuaçu apresentaram valor biológico significativamente superior ($p \leq 0,05$) ao das proteínas de cacau, promovendo aumento de peso dos animais 57,4% maior. No que se refere às necessidades diárias para crianças e adultos, o perfil aminoacídico das proteínas do cupuaçu teve desempenho superior ao das proteínas do cacau. (Lopes; Pezoa-García, Amaya-Farfán, 2008)



desenvolver atividade produtiva para o beneficiamento do cupuaçu. O projeto deveria ser executado em 18 meses (até outubro de 2007) e a sede da Associação Comunitária foi disponibilizada para a realização das atividades pelos moradores. A assistência técnica para o cultivo do cupuaçu, seu melhoramento e o aumento da produção foi realizada pelo bolsista Alexandre Lisboa Rosa, biólogo, e num segundo momento por Nelson Felipe Albuquerque Lins Neto, então estudante de Engenharia Florestal. Como o intuito inicial era incrementar a renda das famílias, de forma que não comprometessem suas atividades convencionais foi acordado que os encontros inicialmente seriam realizados aos fins de semana.

Os métodos utilizados foram divididos em três pontos principais:

a) Capacitação e formação – seis encontros de capacitação foram realizados, nas diferentes demandas apresentadas pelos moradores e indicadas pelos levantamentos realizados, tais como: beneficiamento de sementes para a produção de artesanato, beneficiamento de recursos florestais não madeireiros (cipós e palhas) para produção de artesanato, beneficiamento de cupuaçu para produção de gêneros alimentícios e aproveitamento de resíduos, e organização comunitária.

b) Assistência Técnica – esta foi feita por meio do envolvimento de pesquisadores, profissionais, bolsistas e estagiários, que aliaram seus conhecimentos técnico-científicos

aos conhecimentos tradicionais dos moradores para o melhoramento e aumento da produtividade.

c) Investimentos em infraestrutura e aquisição de materiais – para formalizar a execução de processos para beneficiamento do cupuaçu recém-aprendidos, foi realizado o melhoramento das instalações da cozinha além da aquisição de utensílios tais como: panelas, bacias, talheres, medidores, potes.

Para dar sustentação teórica ao projeto foi realizado um levantamento bibliográfico e de experiências semelhantes a que se pretendia implementar, a fim de apresentar aos comunitários casos parecidos com suas realidades que tivessem obtido algum êxito. Um dos principais desafios da proposta foi a motivação dos envolvidos, visto que tinham ressalvas quanto ao uso das sementes e cascas em função das dificuldades de manuseio. O beneficiamento manual destes recursos é extremamente complicado por ser pouco produtivo e comprometer o acabamento. A necessidade de utilização de energia elétrica, no caso da comunidade ainda sem rede pública de abastecimento na época, era suprida a partir da utilização de gerador para o funcionamento de máquinas que facilitassem o trabalho, tornando a atividade pouco viável economicamente, se considerarmos que eram necessários cinco litros de combustível para que o gerador funcionasse por uma hora. Os adultos participaram de atividades

diversas que tinham por objetivo o esclarecimento tanto de questões sobre organização comunitária na tentativa de responsabilizá-los como agentes deste meio e de produção nas formas de geração de renda fornecendo o conhecimento necessário para transferência de futuros integrantes do grupo, garantindo seu próprio sustento e de futuras gerações. As crianças foram envolvidas em atividades multidisciplinares, com exibição de vídeos, brincadeiras, atividades na escola e outras iniciativas que pudessem sensibilizá-las e integrá-las ao projeto e sua concepção.

Outro ponto trabalhado foi a falta de habilidade dos participantes para os trabalhos artesanais, onde acabaram por revelar por meio de relatos nunca antes terem confeccionado um cesto sequer, recordavam apenas que estas atividades eram realizadas pelos pais quando ainda residiam no interior. Dessa forma, foram reforçadas as oficinas de capacitação para aprimoramento das técnicas.

Para fortalecer a proposta foram feitas buscas por parcerias com outras instituições municipais e não governamentais que também atuavam na região, estas parcerias eram fundamentais contemplando as dimensões econômicas, sócio-cultural, político-institucional e ambiental do projeto. O período de seca, que compreenderam os meses de agosto a novembro no ano de 2006, não superou marcas anteriores, mas fizeram com que os moradores deixassem suas casas e partissem para Manaus por algum tempo. A equipe também esteve impedida de chegar à comunidade,

pois teria de dispor de muitos recursos humanos e materiais para a realização de qualquer que fosse a atividade e certamente teria pouco alcance. Todo o cronograma ficou comprometido, mas principalmente as relações entre o grupo ficaram pendentes e mais distantes, reforçando alguns conflitos. Estes conflitos já existentes entre grupos não foram previstos durante a elaboração da proposta e conseqüentemente não foram devidamente moderados.

As atividades de produção e comercialização seguiram como o esperado, os produtos foram comercializados na própria comunidade e nas vizinhas atendendo moradores e eventuais visitantes. Em Manaus, os integrantes do grupo puderam comercializar os produtos na Marina do Davi, ponto de passagem para os que desejam deslocar-se até as localidades da Praia da Lua, do Tarumã-Mirim ou RDS do Tupé com custos apenas de combustível e alimentação.

Em março/2007, uma experiência produtiva de 21 dias foi realizada entre os integrantes do grupo interessados em dedicar-se ao período da Páscoa. Tudo que fora produzido foi comercializado e esgotaram-se uma semana antes da festividade e os lucros foram divididos entre os participantes.

Resultados e Discussão

Aproximadamente 70% dos entrevistados declararam participar de alguma atividade relacionada à organização comunitária, com maiores



ocorrências na Associação Comunitária de Produtores Rurais da Comunidade do Julião, antes da implantação do projeto na RDS do Tupé. Também em sua maioria demonstraram interesse em participar de uma nova organização que fosse criada para a produção e gestão local, porém, a falta de comprometimento dos comunitários com a realização das atividades foi uma das maiores dificuldades encontradas. Mais de 30 comunitários estiveram presentes durante os encontros, mas havia o receio quanto a participação efetiva destes, devido ao grande número de ações pontuais e sem continuidade que vem sendo implementadas na região ao longo destes últimos anos pelas mais diversas instituições. A falta de atendimento básico de saúde pode comprometer definitivamente o sucesso e o futuro das atividades. Em sua grande maioria, quando questionados, os moradores atribuem relação à falta de saúde como fator relevante na realização de qualquer atividade e uma das maiores dificuldades em permanecer na comunidade.

Efetivamente nesta experiência não foi possível verificar o impacto econômico que a atividade pode trazer para a comunidade. Os moradores não se apoderaram da atividade produtiva, necessitando da equipe técnica para condução das mesmas. As motivações de fins religiosos dificultaram o envolvimento dos grupos (católicos e evangélicos) além do desafio de superar o modelo da subordinação existente na sociedade do trabalho.

Atividades paralelas foram realizadas como acompanhamento e apoio a outras equipes, tais como:

- Organização Comunitária do grupo produtivo de cultivo de peixes em tanque-rede na Comunidade São João também situada na RDS;
- Acompanhamento das atividades para a implementação da rádio comunitária junto aos jovens da Comunidade São João;
- Aplicação da ferramenta de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP em ambas as comunidades que subsidiassem a construção de um plano de ação para as mesmas e apontassem alternativas viáveis de transformação social.

Ficou bastante evidente a necessidade de revendedores e pontos de venda para que a produção pudesse continuar, a falta de formalização do grupo produtivo inviabilizou a revenda dos produtos mesmo que alguns estabelecimentos desejassem fazê-lo, em outras circunstâncias o grupo não conseguiu honrar com o prazo para entrega da encomenda. Outra tentativa foi em espaço cedido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no Parque do Mindú aos domingos, onde famílias procuram momentos de lazer e entretenimento. O custo de deslocamento não é compensado pelas vendas. Infelizmente não houve subsídios para manter a experiência, sendo realizadas apenas duas tentativas.

A proposta do BioTupé é a de construir um processo de desenvolvimento local, que não se

esgota em 18 meses. As relações entre os integrantes do grupo produtivo precisam ser fortalecidas, bem como os acordos e regulamentações necessárias. As fases iniciais apresentaram resistência por parte dos mesmos, adiando o início das atividades produtivas, o que nos faz neste momento valorizar todo e qualquer período onde possamos estimular a continuidade destas atividades e ações.

Agradecimentos

Este trabalho é resultado do projeto "Organização Comunitária e uso da biodiversidade para geração de renda e melhoria da qualidade de vida na RDS do Tupé". Financiado pelo CNPq – CT-Ageo nº 5542289/2005-9.

Referências bibliográficas

BRASIL. 2006. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Livroto do PRODUIR: Organização Produtiva de Comunidades. Brasília: SPR.

BRASIL. 2006. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. ROMESO – Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços SubRegionais. Brasília: SPR.

MARX, K.1985. A Ideologia Alemã (Feuerbach). Editora Hucitec, São Paulo.
 NASCIMENTO, I.R. [et al.], [Orgs.]. (2007) Água e Cidadania: Comunidades

Rurais do Tarumã Mirim em Manaus/ Amazonas. Manaus: ACISAM, pp. 61.

SANTOS-SILVA, E. N.[et al.], [Orgs.]. (2005) BioTupé: meio físico, diversidade biológica e sócio-cultural. Manaus: INPA, p. 217-238.

SELL, C. E. Sociologia Clássica. 4º ed. Itajaí: Ed. UNIVALI, pp.138.

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. 2007. Desenvolvimento territorial à distância. Florianópolis: Secretaria de Educação a Distância /UFSC.

ZAPATA, T. 2001. A gestão participativa para o desenvolvimento local – Método Gespar. In: BROSE, Markus (Org.). Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial.